

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA

LEI Nº 1369/2024

SÚMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025 DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 54.000.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MILHÕES DE REAIS)

A Câmara Municipal de PRANCHITA, Estado do Paraná, aprovou, e Eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º–O Orçamento Fiscal do Município de PRANCHITA, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2025, abrange os Órgãos de Administração Direta e Indireta e do Legislativo com Contabilidade descentralizada fixa na importância de R\$ 54.000.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MILHÕES DE REAIS).

Art. 2º–A Receita da Administração DIRETA E INDIRETA será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA: R\$ 52.000.000,00

RECEITAS CORRENTES R\$ 47.245.000,00

RECEITA TRIBUTÁRIA R\$ 5.714.930,00

CONTRIBUIÇÕES R\$ 500.070,00 RECEITA PATRIMONIAL R\$ 1.592.450,00 SERVIÇOS R\$ 10.000,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES R\$ 39.401.880,00

OUTRAS RECEITAS CORRENTES R\$ 25.670,00

RECEITAS DE CAPITAL R\$ 4.755.000,00

ALIENAÇÃO DE BENS R\$ 15.000,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL R\$ 4.740.000,00

DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA: R\$ 2.000.000,00

RECEITAS CORRENTES ORÇAMENTARIAS R\$ 2.000.000,00

RECEITA PATRIMONIAL R\$ 56.000,00 RECEITA DE SERVIÇO R\$ 1.941.000,00

OUTRAS RECEITAS CORRENTES R\$ 3.000,00

RECEITA TOTAL R\$ 54.000.000,00

Art. 3º–A Despesa do Orçamento Fiscal da Administração Direta e Indireta será realizada segundo a discriminação prevista na legislação em vigor, conforme o seguinte desdobramento por Órgãos e Funções:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

Função	Órgão	Despesa
01	PODER LEGISLATIVO	R\$ 1.570.000,00
02	GOVERNO MUNICIPAL	R\$ 724.500,00
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 5.632.832,00
04	SECRETARIA DE FINANÇAS	R\$ 3.193.450,00
05	SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESEN. MUNICIPAL	R\$ 603.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	R\$ 12.494.175,00
07	SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	R\$ 12.841.723,00
08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.757.930,00
09	SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO	R\$ 9.283.390,00
10	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	R\$ 49.000,00
90	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 250.000,00
	ORÇAMENTO EXECUTIVO/LEGISLATIVO	R\$ 48.400.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA

(I)	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA	R\$ 2.000.000,00
(II)	FHF – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$ 3.600.000,00
	ORÇAMENTO FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA	R\$ 5.600.000,00

TOTAL ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO R\$ 54.000.000,00

Art. 4º–A despesa fixada está distribuída por categoria econômica e funções de governo em conformidade com os anexos 02 e 06, integrantes desta Lei.

Art. 5º–Fica igualmente aprovado o orçamento fiscal da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA, DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, para o exercício de 2025, no valor de R\$ 5.600.000,00 (Cinco milhões, e seiscentos mil reais), sendo que R\$ 2.000.000,00 Receitas próprias e R\$ 3.600.000,00 Transferências financeiras.

Art. 6º–Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares aos Orçamentos da Administração Direta e Indireta até o Limite em consonância com o Artigo 36, da Lei Municipal nº 1360/2024 de 28/05/2024, conforme: inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII estabelecido no total geral de cada um dos orçamentos, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas apontadas no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, até os limites previstos.

Art. 7º–Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder em abertura de seus créditos adicionais suplementares na forma regimental e no mesmo percentual estabelecido Artigo 36 da Lei Municipal nº 1360/2024 de 28/05/2024, servindo de recursos para tais suplementações somente os cancelamentos de dotações de seu próprio orçamento.

Art. 8º–Fica o Poder Executivo autorizado a proceder INTERFERÊNCIA FINANCEIRA, da Administração Direta e para a Administração Indireta Fundação Hospitalar da Fronteira, para o exercício do orçamento de 2025, até o percentual aprovado no Artigo 38 da Lei Municipal nº 1360/2024 de 28/05/2024, sempre respeitando o equilíbrio das contas da Administrações Direta conforme determina a LRF 101/00.

Art. 9º–Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata

o artigo anterior, a compensação, o remanejamento e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária até o limite da dotação orçamentária e dos acréscimos oriundos da abertura de créditos adicionais legalmente autorizados, para fins de compatibilizar com a efetiva disponibilidade dos recursos.

Art. 10–Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 6º ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo Municipal a efetuar a transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos e categorias de programação, dentro da respectiva esfera de governo, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal e utilizar as dotações da Reserva de Contingência para a cobertura dos créditos adicionais abertos para o atendimento das situações específicas no demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 11–O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

Art. 12–Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previsto no “caput” do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 na mesma unidade orçamentária ou de uma para a outra unidade orçamentária ou programa de governo consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4320/64.

Art. 13–Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

Art. 14–É publicado em anexo a esta Lei o Quadro I, contendo a atualização da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado a que se refere o Artigo 41 Lei Municipal nº 1360/2024–LDO.

Art. 15–Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pranchita, Estado do Paraná, em 31 de outubro de 2024.

ELOIR NELSON LANGE - Prefeito

Cod438594